



PREVIDÊNCIA SOCIAL

**INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA REGIONAL DE PORTO ALEGRE**

ATA Nº 102

CENTÉSIMA-SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE E JURISDIÇÃO

DATA: 17 de maio de 2016, às 09h30min

LOCAL: Gabinete da Gerência-Executiva do INSS em Porto Alegre – Rua Jerônimo Coelho nº 127 – 10º andar – sala 1012 – Porto Alegre/RS

I – Presenças

Representação do Governo/INSS:

- Haidson Pedro Brizola da Silva – Presidente
- Glaé Vanessa Cícere – GEX INSS Porto Alegre
- Alexandre Azambuja Cassepp – Procuradoria Federal Especializada

Secretária/INSS:

- Maria José Alves Machado

Representantes da Sociedade:

- Carlos Pinheiro – FETAPERGS
- Franklin Castronovo de Carvalho – ASSOCIAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS
- Alfredo Elenar Gonçalves – CUT
- Mário José Dias dos Reis – CUT
- Dionísio Neuleraldo Mazui – FORÇA SINDICAL
- Luiz Francisco Bossle da Costa – SINDUSCON
- Débora Raymundo Melecchi – CTBRS

Convidados:

Helen Jane Freitas – Assistente Social do INSS em Porto Alegre
Maria Lúcia Olicheski Moraes – COMSOC/RS

II – Abertura

O Presidente do Conselho abriu a reunião, cumprimentou os convidados, pediu desculpas pelo cancelamento do encontro anterior e informou que continuaríamos com os relatos sobre a compensação do trabalho acumulado durante a greve na GEXPOA.

III – Ordem do dia: apresentação

Assuntos Gerais

O Presidente do Conselho submeteu a Ata nº 101, de 15/03/2016, para aprovação. Aprovada, ele informou que não recebeu sugestão de inclusão de assuntos na pauta da presente reunião.

Após a abertura, relatou o esforço da equipe da GEXPOA para agilizar o atendimento através de mutirões nas agências durante os finais de semana, explicando que todos os gestores e servidores se engajaram para atender a ACP – Ação Civil Pública – do indicador TME – Tempo Médio de Espera.

O Presidente contextualizou, comentando que o INSS em Porto Alegre continua atendendo em torno de 3.000 pessoas diariamente e solicitou que a Chefe da Divisão de Benefícios relatasse as medidas que estariam sendo agilizadas na área de benefícios.

A Chefe da Divisão ressaltou que as ações implementadas pela Gerência-Executiva obtiveram um ótimo resultado. Acrescentou que, mesmo não tendo número expressivo de servidores e sem ajuda externa – contamos apenas com servidores da GEXPOA para esse trabalho –, conseguiu analisar 1800 processos, todos com mais de um ano de espera, restando em torno de 500 processos de datas mais recentes que estão , aguardando avaliação. Disse que "consequimos superar e atingir a meta, garantimos a eficiência e possivelmente recomeçaremos com os grupos para atingirmos a resolutividade"; os demais projetos ficarão em sobrestado, e complementa: - Já estamos analisando processos de fevereiro deste ano; os processos do ano passado já foram definidos, liberando os servidores para agilizarem novos atendimentos.

A representante do Serviço Social observou que existe uma crescente demanda para o INSS, como consequência do desemprego, e disse que acredita que essa demanda tende a aumentar ao longo do ano.

O Presidente relatou o trabalho desenvolvido nas Agências, tendo como foco a redução do Tempo Médio de Espera, explicando que: - Deveremos implementar uma nova agenda com servidores voltados só para o requerimento de benefícios. Com referência à área médica, nas ações após a greve, nós já reduzimos o tempo de espera, que está em torno de 30 dias para a perícia médica inicial. Os mutirões estão realizando em torno de 300 perícias médicas, algumas vezes contamos com o auxílio de dois peritos de Gerências-Executivas vizinhas e estamos quase zerando a demanda acumulada.

Conclui que, como fruto dos acordos das greves, alguns grupos foram constituídos e formataram um rol de indicadores para atingimento de metas até outubro deste ano, sendo criados também novos indicadores de avaliação. Disse que: - Nessa quarta-feira, vamos nos reunir para consolidar a nossa meta para o próximo ano, e tudo deverá ser analisado.

O Presidente acrescentou: - Os resultados da força de trabalho empenhada nos grupos foi muito satisfatória e nos levou ao atingimento da meta. Ele ponderou que o INSS segue prestando seus serviços e, em seguida, solicitou ao Procurador, representante do governo no Conselho, que contextualizasse o INSS na estrutura atual, de acordo com a Medida Provisória Nº 726, de 12/05/2016.

O Procurador apresentou a nova estrutura, a organização administrativa e as modificações referentes à Previdência Social e ao INSS. Explicou a extinção do Ministério da Previdência Social; que o INSS – órgão que executa as políticas de Previdência –, foi transferido para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; que os demais órgãos da Previdência Social, tais como, a Previdência Complementar/PREVIC, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar/CRPS, o Conselho Nacional da Previdência/CNPS, o Conselho de Recursos da Previdência e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência/Dataprev foram redistribuídos ao Ministério da Fazenda. Afirmou que a estrutura mudou e passou a ter nova vinculação, mas as mudanças só passarão a funcionar após a publicação do decreto e sua regulamentação.

O Presidente complementou, dizendo que as atribuições do INSS não são contempladas no novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, salientando que, em passado recente, a Arrecadação e Fiscalização e a Procuradoria saíram do INSS, sendo as primeiras redistribuídas para o Ministério da Fazenda e a última, para a Advocacia Geral da União/AGU.

Os Conselheiros ponderaram: - A partir de hoje o Conselho de Previdência Social passa a ser só de Previdência e, conforme Medida Provisória, irá para o Ministério da Fazenda. Após várias manifestações dos representantes da sociedade, chegaram a um consenso: que é muito cedo para avaliar as mudanças e que irão reunir-se para discutir com as centrais sindicais. Avaliaram que o Brasil não anda faz tempo, e a Previdência Social está sendo desmontada há anos. Então, afirmaram: - O nosso interesse é discutir objetivamente e ver o que entra em conflito com os interesses dos trabalhadores, com base no que está escrito para termos um posicionamento concreto. Precisamos analisar se essas mudanças podem causar prejuízos, temos que avaliar pela questão estrutural e sem conotação política. Como exemplos, questionaram: - Por que a Previdência tem um rombo? Por que tantos funcionários no Serviço Público são pagos e consomem uma cota grande demais dos recursos públicos? Referiram que o que está em jogo é a vida dos trabalhadores e não podem ser usados os recursos da Previdência para criar caixa para outras despesas, tirando direitos dos trabalhadores. O que se tem de concreto hoje é a Medida Provisória.

O Presidente comunicou que a Gerência-Executiva de Porto Alegre é candidata a ser piloto no extinto CRP/Centro de Reabilitação Profissional. Foi editado o Decreto nº 8.725 de 27/04/2016, criando o Comitê Gestor Interministerial de Reabilitação Integral. Vários órgãos vão discutir a Reabilitação Integral, o INSS é órgão-gestor. O nosso projeto é a reabilitação profissional dentro da reabilitação plena. Foi elaborado um projeto técnico e a Portaria nº 650/PRES/INSS, de 12/05/2016, constitui o Comitê Gestor da Rede Intersectorial de Reabilitação Integral. Disseram para aguardar para ver a constitucionalidade do projeto no novo ministério.

Acrescentou que: - Com relação ao Conselho de Previdência Social, manteremos as reuniões até definições futuras.

IV – Considerações Finais

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros presentes e declarou encerrada a centésima-segunda reunião do Conselho de Previdência Social em Porto Alegre, na qual, eu, Maria José Alves Machado, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente.

Porto Alegre, 17 de maio de 2016.

Haidson Pedro Brizola da Silva – Presidente